



Jornal da

ASEAC

Distribuição gratuita

Informativo da Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE

MODERNIZAÇÃO OU PLANO B?

**CEDAE SE PREPARA PARA
NEGOCIAR SUAS AÇÕES
EM BOLSA**

Gestão de Governo ou gestão de Estado?

O que o setor privado
chama de prejuízo
financeiro, a empresa
pública considera lucro social.
Mas é preciso decisão política
para não transformar empresa de
Estado em empresa de governo.



Flávio Guedes
Presidente da ASEAC

Opinião do presidente (Páginas 8 a 12).

Quando a SABESP "deu a volta para cima" o projeto de recuperação foi tocado pelo conjunto dos trabalhadores e pelo governo do Estado. No jornal O Globo de 16/10/05 (site da ASEAC), a Fundação Getúlio Vargas informa que o projeto de modernização da CEDAE se assemelha ao da SABESP. Infelizmente a ASEAC não detectou ações que apontem para o sucesso e a semelhança entre ambos.

A relação entre o alto custo operacional da empresa e a idade da rede de distribuição é um equívoco. O alto custo deve ser relacionado, principalmente, ao crescimento desordenado da população na Região Metropolitana. A afirmativa está amparada, também, nas várias e recentes reportagens sobre o assunto, cuja gravidade e a dimensão exata do problema tiveram seu ápice nas recentes declarações do prefeito César Maia. Ao ser questionado sobre construções irregulares em favelas, respondeu: "Ilegal, e daí?"

E daí! É que a população em desordem urbana não bebe água de poço, de poça ou de vala; bebe água da CEDAE, cuja produção na Região Metropolitana é de 5,0 bilhões de litros/dia, ou seja, 5,0 milhões ton/dia, que a empresa trata e distribui para a população, inclusive para aquela em desordem urbana, o que potencializa os problemas, as dificuldades e principalmente os custos.



(Jornal O Globo -
04 e 20/09/05)

**"É preciso deixar bem
claro que este é um
governo de merda, mas
é o nosso governo!"**

Maria da Conceição Tavares
Economista, ex-deputada federal pelo PT

Com relação aos custos da CEDAE serem agravados pelas despesas de pessoal e a solução passar por demissão de trabalhadores, foi argumento utilizado pelo Secretário Garotinho, quando tratava da cisão e da garantia de emprego, com lideranças dos trabalhadores. Quando foi questionado pelo presidente da ASEAC de que, na época, na qual o primeiro era Governador e o segundo Diretor da CEDAE, ambos não tinham essa necessidade com relação aos trabalhadores. Por que temos agora? A resposta foi o silêncio, o fim da cisão e a permanência da garantia do emprego.



PRIVATIZAÇÃO

**QUE SIRVA DE
EXEMPLO AO
BRASIL II!**

**EMPRESA EXPLORA O QUANTO
PODE, VAI EMBORA
E AINDA PROCESSA O GOVER-
NO ARGENTINO.**

Depois de anos de exploração dos serviços de água e esgoto da cidade de Buenos Aires e de toda a região metropolitana, o Grupo Suez resolveu "abandonar o barco" diante da resistência do governo em ceder às suas pressões para liberar as tarifas. A companhia, que controla 39,9% das Águas Argentinas, tentou obrigar o presidente Nestor Kirchner a liberar as tarifas dos serviços públicos privatizados, congeladas desde janeiro de 2002. Tendo fracassado, diante da resistência do presidente argentino, o grupo francês, que atua no país desde 1993 (governo Carlos Ménen), decidiu iniciar um processo de rescisão de contrato. A empresa se recusava ainda a assinar um termo de compromisso de investimento na Argentina.

O Grupo Suez alegou em comunicado que "é impossível restabelecer o equilíbrio econômico e financeiro da concessão" e que a "Águas Argentinas já não se encontra preparada para assumir os riscos e as responsabilidades" do abastecimento de água e dos serviços de esgoto. Agora, o grupo francês processa o Estado argentino junto ao Centro Internacional de Resolução de Impasses (Ciadi), vinculado ao Banco Mundial, pedindo ainda uma indenização de U\$ 1,7 bilhão.

**E x p o
Q U A L I**

**Estudo elaborado pelos técnicos
do Guandu desperta interesse de
sanitaristas estrangeiros.**

O trabalho apresentado pela CEDAE nos Estados Unidos teve como autores a bióloga Eliane Branco, que ocupou o cargo de chefe de serviço do controle microbiológico do Guandu por 10 anos; o biólogo Marcos Consoli, atual chefe do mesmo serviço, o engenheiro sanitário e superintendente do Guandu, Edes Fernandes de Oliveira; a bióloga Maria Carolina Soares, contratada pela CEDAE e responsável pela contagem e identificação de Algas; e a Consultora Vera Huszar, bióloga do Museu Nacional/UFRJ.

A idéia de apresentação deste trabalho surgiu após alguns anos de monitoramento e obtenção de resultados bastante positivos, que fizeram com que a CEDAE tivesse um dos melhores históricos de monitoramento de cianobactérias do país, realizado em manancial de captação.

Após a publicação da Portaria 1469 de dezembro de 2000, que entre outras novidades, incluiu a necessidade de monitoramento de cianobactérias, os laboratórios de controle de qualidade tiveram que se adequar e se equipar para atendimento à nova legislação. A CE-

DAE foi uma das primeiras a iniciar este monitoramento, em 2002, fazendo investimentos em compra de equipamentos, treinamento e contratação de técnicos especializados no assunto.

Em 2003, tendo como causa um severo período de seca, houve redução da vazão de transposição do rio Paraíba do Sul para o rio Guandu, o que gerou mudanças no regime de escoamento da lagoa formada pela confluência dos rios Poços, Queimados e Ipiranga. Isto gerou uma necessidade de monitoramento mais eficaz, visando à preservação da segurança quanto a necessidade de medidas para a manutenção da qualidade da água.

Embora a Portaria 1469/MS preconizasse uma análise semanal ou mensal, de acordo com a quantidade encon-

**"A CEDAE foi uma das
saneamento a monit
fazendo investimen
equipamentos, treinam
técnicos especializa**



TRATAMENTO DE ÁGUA

rtando IDADE

trada, a CEDAE realizou, durante um ano, período de redução de vazão do rio, um monitoramento diário. Com isto, foi possível obter um histórico de dados confiável capaz de determinar com precisão informações importantes, como por exemplo, predominância de espécies, períodos de elevação da quantidade de cianobactérias, variações significativas e fatores intervenientes, medidas preventivas, e o mais importante, a identificação de possíveis medidas de melhoria da qualidade da água. Felizmente, o monitoramento realizado durante quatro anos demonstrou que há pouquíssimo risco de toxicidade relacionado às espécies



encontradas no rio Guandu, mas que há necessidade de intervenções quanto às águas provenientes dos rios Poços, Queimados e Ipiranga.

O resultado do monitoramento já rendeu outros dois trabalhos técnicos que foram apresentados no congresso de limnologia, em 2003, e no Congresso da ABES, realizado este ano, em setembro, em Campo Grande/MS. O resumo do trabalho enviado para a banca de avaliação da AWWA teve como proposta inicial a apresentação em Poster. Porém, o trabalho foi considerado de grande relevância e rico conteúdo, gerando elogios e a aprovação com pedido para apresentação oral. Estiveram no Seminário, para apresentação do trabalho, o Superintendente do Guandu, Edes Fernandes, e os biólogos Marcos Consoli e Maria Carolina.

**primeiras empresas de
orar cianobactérias,
tos em compra de
mento e contratação de
dos no assunto".**



**Associação
dos Empregados
de Nível
Universitário
da CEDAE**

Rua Sacadura Cabral,
120, Sala 1004, Centro
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 2263-6240
Telefax: 2253-7482
E-mail:
aseac@veloxmail.com.br
Home Page:
www.aseac.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
Flávio Guedes

Diretor Vice-Presidente
Pedro Evandro Ferreira

Diretor Administrativo
Jorge Haddad de Aquino

Diretor Financeiro
Maurício Abramant Guerbatin

Diretor de Comunicação
Maria de Fátima Guerbatin

Diretor Técnico
João Benedito Mello

Diretor Social
Marcio de Melo Rocha

Diretor Jurídico
Dylair Benigno dos Santos

Diretor Adjunto
Nelson Portugal

Conselho Diretor - 2004/2006

- Repres. dos Advogados**
Aloysio Gomes Feital Filho
- Repres. dos Aposentados**
Antonio Bastos de Oliveira
José Rômulo de Melo
Paulo C. S. Ripper Nogueira
- Repres. dos Arquitetos**
Tânia Mara Silva
- Repres. dos Contadores**
Sérgio Pereira
- Repres. dos Economistas**
João A. Vasco Rodrigues
- Repres. dos Engenheiros**
Adriano Gama Alves
- Repres. dos Engenheiros**
Armando Costa Vieira Jr.
Carlos Henrique Pereira
José Roberto da C. Dantas
Mara R. K. K. S. Aló
Sérgio Vieira F. Martins
- Repres. dos Geólogos**
Paulo Roberto da Cruz
- Repres. dos Químicos**
Augusto César F. Gesteira

Conselheiros Natos

- Antônio Ignácio da Silveira
- Walnir B. de Oliveira
- Emy Guimarães de Lemos
- João Carlos do R. Pinto
- Renato Lima do E. Santo
- Carlos Henrique Menezes
- Jaime Dutra Noronha
- Dário Mondego
- Paulino Cabral da Silva

Conselho Fiscal

- Jaime Dutra Noronha,
- Ricardo Afonso das N. Leitão
- Sueli Kolling
- Myriam Allemmand D. Diniz
- Rita de Cássia R. dos Santos
- Jorge Rodrigues Leitão

Edição
Planin Assessoria de Comunicação
(21) 2220-0656/2524-0890

Jornalista Responsável
Carlos Emmiliano Eleutério
MTB: 12.524-RJ

Diagramação e arte
Luiz Carlos Perdomo



Saneamento continua à

Indefinição, falta de recursos e ausência de prioridades levam setor a se mobilizar em busca de soluções. Alckmin defende mutirão pelo saneamento no Brasil

DERI

A demora na definição de uma lei criando marcos regulatórios para o setor de saneamento ambiental, aliada à falta de consenso em torno do atual projeto de lei elaborado pelo governo federal, que tramita no Congresso Nacional, vem tornando cada vez mais difícil a meta de universalização dos serviços de saneamento no país.

A questão vem gerando reações de todos os lados, agravada pela falta de prioridade que o governo federal vem dando ao setor, na medida em que junta no mesmo pacote de cortes de gastos, setores de maior e de menor importância social, como é o caso do saneamento, que continua vivendo um descompasso perigoso no fluxo de recursos para investimento.

Segundo cálculos da Associação Brasileira da Indústria de Base e Infraestrutura (Abdib), no ritmo em que o setor de saneamento vem recebendo investimentos e com tal grau de descontinuidade, só será possível universalizar os serviços no ano de 2065. Isso considerando a estimativa do próprio governo de que, para atingir esta meta em 2020, seriam necessárias aplicações médias anuais de R\$ 180 bilhões, ou seja, R\$ 10 bilhões/ano, a partir de 2002.

Tal projeção da Abdib considera ain-

da que, em 2005, o Orçamento Geral da União (OGU) teria recursos de R\$ 805 milhões; e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da Caixa Econômica Federal, R\$ 2,7 bilhões; E ainda que, num melhor cenário, o total de desembolsos chegaria a R\$ 1 bilhão até dezembro deste ano. Contudo, o setor ainda sofre com a falta de investimentos, que precisam ser institucionalizados. Na verdade, hoje, embora haja recursos no papel, os recursos para saneamento ambiental continuam enquadrados como gastos públicos nas contas do governo e, por conta disso, contingenciados nos cofres do Tesouro, para que a área eco-

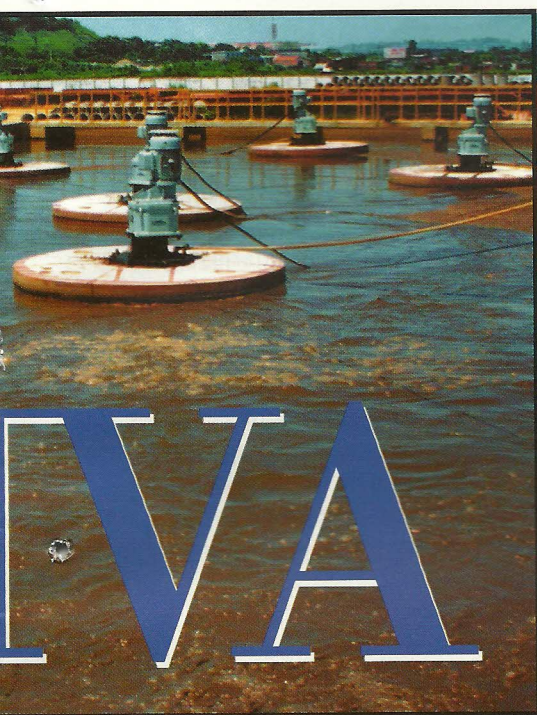
nômica do governo possa cumprir suas metas fiscais. Esse é outro grande questionamento dos sanitaristas, já que não existe mais a restrição do Acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que antes impedia os investimentos no setor. Mas as verbas continuam trancadas.

Falta prioridade

Além dos pesados cortes que sofreu no orçamento, especialmente o do Ministério das Cidades, o setor de saneamento reclama que a prioridade prometida pelo governo federal ainda não saiu do papel.

Somente em emendas do orçamento foram feitos cortes este ano de R\$ 1,8 bilhão afetando sensivelmente o Ministério das Cidades. As dotações da pasta caíram de R\$ 1,396 bilhão para R\$ 94 milhões. O orçamento total do Ministério era de R\$ 2,74 bilhões, mas os recursos aprovados foram de apenas R\$ 731,6 milhões - uma diferença, portanto, de R\$ 2 bilhões. Em meados de setembro, o novo ministro das Cidades, Marcio Fortes de Almeida, chegou a anunciar que o Conselho Monetário Nacional (CMN) estaria estudando a flexibilização de recursos do FGTS, o que poderia permitir a liberação, ainda este ano, de mais R\$ 1,5 bilhão. Mas a notícia não se confirmou. O Ministério das Cidades está tentando sensibilizar também

“Os números confirmam que o setor não onera os gastos públicos. Somente em 2004, foram pagos à CEF R\$ 3 bilhões em juros e amortizações”.



Balizado pela preocupação generalizada com o projeto de lei 5296/05, proposto ao Congresso Nacional para exame pelo governo federal, e pela grave questão da falta de recursos para investimentos no setor, o tema saneamento acabou extrapolando as fronteiras do Mato Grosso do Sul e

indo parar na tribuna do Senado, num emocionado discurso do senador Ramez Tebet (PMDB/MS). "Há algum tempo, o debate em torno da questão do saneamento não tinha tanta repercussão e não era tão prestigiado", festejaram as lideranças presentes ao Congresso da ABES.

Geraldo Alckmin propõe mutirão pelo saneamento

o próprio presidente Lula, através de números que confirmam que o setor não onera os gastos públicos (ver página 16), para então tentar desbloquear R\$ 4 bilhões do FGTS.

Sem isso, a Caixa Econômica Federal - responsável pelo maior volume de recursos investidos em saneamento ambiental - só tem autorização para contratar cerca de R\$ 175 milhões do seu orçamento previsto para o setor este ano, de R\$ 2,7 bilhões. Considerando os empréstimos do BNDES, o total de contratações não superaria então R\$ 268 milhões.

Sensibilização política

A grave questão que envolve a falta de saneamento em várias regiões do país começou, no entanto, a deixar o campo das discussões teóricas, para ganhar espaço na mídia e nos meios políticos. Isto ficou evidenciado no final de setembro, após uma semana de debates do 23º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, promovido pela ABES em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. O evento marcou a tomada de posição de várias lideranças políticas em defesa das companhias estaduais e pela mudança do projeto de lei 5296/05, que institui a política Nacional de Saneamento, mas que não atende aos interesses de toda a sociedade.

A presença do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB/SP), no primeiro dia dos debates técnicos do evento da ABES, evidenciou a preocupação generalizada com o futuro do setor, às voltas com o contingenciamento de recursos pelo governo federal para garantir as metas fiscais. Muito aplaudido, Alckmin tomou a defesa das empresas estaduais e propôs a realização de um 'mutirão' pelo saneamento no Brasil.

Contudo advertiu que, para que ocorra o 'mutirão' pelo saneamento, é preciso que o Projeto de Lei nº 5296/05, seja revisto. "O projeto de lei como

está é ruim, porque cria condições muito difíceis para a ação das empresas estaduais, e praticamente engessa o sistema. Em um País como o Brasil, é preciso estimulá-lo com investimentos, sobretudo, do governo federal, que vem reduzindo, ano a ano, os recursos aplicados". Segundo o governador, para 2005 o Orçamento Geral da União (OGU) prevê a aplicação de apenas R\$ 800 milhões no setor.

Geraldo Alckmin salientou também que aplicação de recursos em saneamento não significa despesa, mas sim investimento em desenvolvimento social, saúde e em geração de emprego.



"O projeto de lei como está é ruim, porque cria condições muito difíceis para a ação das empresas estaduais, e praticamente engessa o sistema".





POLÍTICAS PÚBLICAS

Para exemplificar sua posição, Alckmin citou o exemplo da ampliação da rede de abastecimento de água e de coleta de esgoto na região metropolitana de São Paulo, executada pela Sabesp:

"Em uma região com 18 milhões de habitantes, que constitui a terceira maior metrópole do mundo, a Sabesp ampliou o abastecimento da rede de água de 94% para 100%, entre 1980 e 2004, e da rede de coleta de esgoto de 44% para 78% no mesmo período. Com as obras, geramos emprego como resultado; e com o aumento da rede de abastecimento de água e da

captação de esgoto, a mortalidade infantil caiu de 50,6% por cada mil crianças nascidas vivas, para 14,2%, no período. Isso, para um governante público, é um espetáculo, e é isso que o País precisa", afirmou.

Isenção fiscal

Alckmin defendeu também a tomada de 'providências urgentes' para estimular investimentos no segmento uma reforma tributária que garanta isenção de ISS (ou ISQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) para as

empresas e os serviços oferecidos no segmento e a redução da Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), que até o ano passado tinha uma alíquota de 3% e, em 2005, passou a 7,3%.

"Sem essa redução tributária, as empresas do setor se transformarão em recolhedoras de impostos, com pouca capacidade de investimento. A Sabesp, por exemplo, este ano vai recolher - somando todos os tributos - cerca de R\$ 800 milhões, quase o mesmo tanto que a empresa tem de recursos próprios para investir", comentou.

Problemas do setor chegam ao Senado

Por conta do aquecimento dos debates em torno da questão do saneamento ambiental, o senador Ramez Tebet (PMDB/MS) fez um importante pronunciamento no Senado, convocando todos os parlamentares, em especial os representantes do Senado, a se empenharem para melhorar o projeto de lei 5296/05, atualmente tramitando na Câmara Federal, de forma que ele possa atender de fato aos anseios de toda a sociedade.

O senador se sensibilizou com a questão depois de participar da sessão de abertura dos trabalhos técnicos do Congresso da ABES, no dia 19 de setembro, quando assistiu palestra do governador de São Paulo Geraldo Alckmin, levando posteriormente suas preocupações ao plenário do Senado. Em seu pronunciamento, Ramez Tebet lembrou que o setor vive um momento político de suma importância. E que existe uma luta dentro do Congresso Nacional - "para a qual quero conclamar o Senado da República" - pois há 19 anos tramita um projeto de lei, procurando estabelecer uma política adequada para o saneamento básico no Brasil.

"Atualmente, vem sendo discutido o Pro-

"O Projeto de Lei nº 5.296 precisa ser corrigido, aperfeiçoado, com participação da comunidade científica, dos entendidos do assunto e dos empresários para atender aos reclamos da sociedade brasileira".

jeito de Lei nº 5.296, que precisa ser corrigido, aperfeiçoado. E, para tanto, é preciso que haja participação da comunidade científica, dos entendidos do assunto e dos empresários. Que não se perca mais tempo; que ele venha a ser aprovado no sentido de atender aos reclamos da sociedade brasileira, principalmente - volto a repetir - no que diz respeito à cidadania e à qualidade de vida. O senador pemedebista lembrou que existem hoje 10 milhões de moradias no Brasil que não têm água encanada. "São 20 milhões de brasileiros ou de residências que não têm esgotamento sanitário. São 122 mil toneladas de lixo que são despachados nos lixões. Tudo

isso é muito grave", advertiu Tebet. Para encerrar o pronunciamento, o senador do Mato Grosso do Sul pediu ao Congresso que reaja à forma como o governo trata o setor no que se refere à tributação. Classificando a questão tributária no País como uma "brutalidade", Tebet lembrou que os governos estaduais não cobram ICMS das empresas do setor, sejam elas estaduais, municipais ou até as empresas privadas. O Estado não cobra ICMS, os Municípios não cobram ISS, mas o Governo Federal cobra as contribuições, - a Cofins - e o PIS, porque são contribuições que não vão aos Estados nem aos Municípios", concluiu.



Senador Ramez Tebet





Críticas ao contingenciamento

O presidente Nacional da ABES, José Aurélio Boranga, também fez severas críticas à política de contingenciamento de recursos do governo federal para garantir as metas de superávit fiscal, "que hoje nem são mais uma exigência do FMI". E se nada se modificar, a Caixa Econômica Federal, principal financiador do setor e o BNDES, juntos não vão conseguir contratar mais do que R\$ 268 milhões este ano (de um orçamento de R\$ 2,7 bilhões disponíveis, do FGTS).

Além disso, ressaltou, o orçamento do Ministério das Cidades foi desfigurado pelos cortes efetuados pela área econômica, restando menos de 10% para serem aplicados. Para completar, desde 2004, as companhias estaduais de saneamento vêm amargando um aumento de 109% no PIS/COFINS que são obrigadas a recolher. Com isso, somente no ano passado, estas Companhias - que representam dois terços do setor - pagaram aos cofres públicos cerca de R\$ 923,5 milhões referentes à esta tributação, segundo dados da AESBE.

Boranga traçou um quadro sombrio do setor de saneamento - onde 10 milhões de moradias não tem água encanada, 28 milhões não têm esgotamento sanitário e 60% das 162 mil toneladas de lixo produzidas por dia no país são




*José Aurélio Boranga,
presidente da ABES Nacional*

jogados em lixões - e fez um alerta:

- Entendemos ser de extrema importância que a área econômica do governo mantenha as contas equilibradas e cumpra a sua meta fiscal, por sinal mais dura até do que aquelas combinadas com o FMI no passado. Mas por conta disto, continuar enquadrando os investimentos em saneamento ambiental como gastos públicos nas contas do governo e contingenciando esses recursos nos cofres do Tesouro é inadmissível.

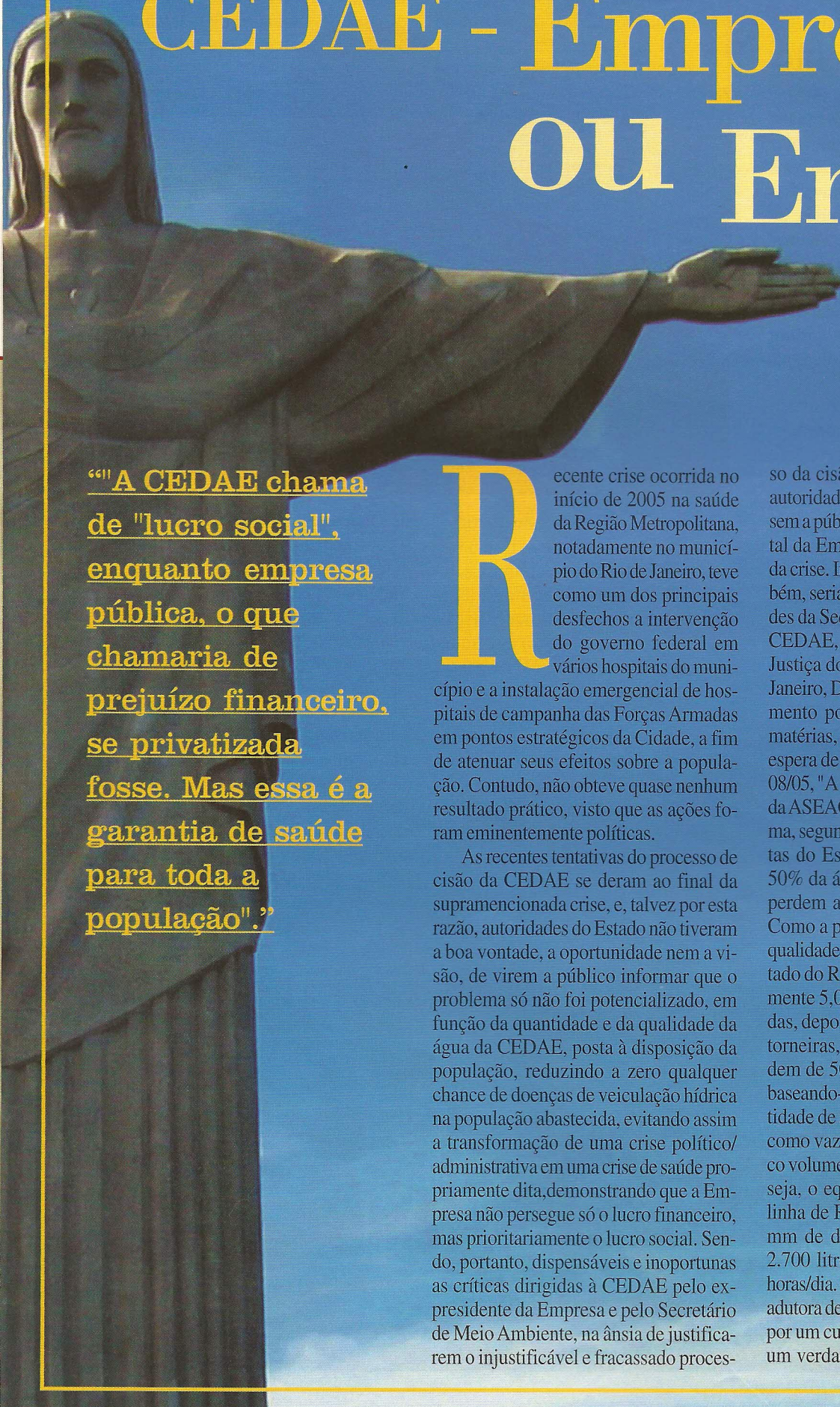
Em nome das centenas de crianças que morrem todo ano no país por falta

de saneamento, Boranga defendeu que o governo federal deveria descontingenciar e aumentar os recursos para o setor já, retirar o PIS/Cofins do saneamento como fez com o ISS; fazer um pacto com os governadores e prefeitos, para que eles também destinem mais recursos dos seus orçamentos para o saneamento e, especialmente, profissionalizem as suas empresas e os serviços autônomos. Desta forma, ele entende, os recursos certamente serão aplicados dentro de critérios técnicos mais rígidos, transformando-se em benefício público o mais rápido possível. 





CEDAE - Empresa de OU Empresa



“A CEDAE chama de "lucro social", enquanto empresa pública, o que chamaria de prejuízo financeiro, se privatizada fosse. Mas essa é a garantia de saúde para toda a população”.

Recente crise ocorrida no início de 2005 na saúde da Região Metropolitana, notadamente no município do Rio de Janeiro, teve como um dos principais desfechos a intervenção do governo federal em vários hospitais do município e a instalação emergencial de hospitais de campanha das Forças Armadas em pontos estratégicos da Cidade, a fim de atenuar seus efeitos sobre a população. Contudo, não obteve quase nenhum resultado prático, visto que as ações foram eminentemente políticas.

As recentes tentativas do processo de cisão da CEDAE se deram ao final da supramencionada crise, e, talvez por esta razão, autoridades do Estado não tiveram a boa vontade, a oportunidade nem a visão, de virem a público informar que o problema só não foi potencializado, em função da quantidade e da qualidade da água da CEDAE, posta à disposição da população, reduzindo a zero qualquer chance de doenças de veiculação hídrica na população abastecida, evitando assim a transformação de uma crise político/administrativa em uma crise de saúde propriamente dita, demonstrando que a Empresa não persegue só o lucro financeiro, mas prioritariamente o lucro social. Sendo, portanto, dispensáveis e inoportunas as críticas dirigidas à CEDAE pelo ex-presidente da Empresa e pelo Secretário de Meio Ambiente, na ânsia de justificarem o injustificável e fracassado proces-

so da cisão. Sendo necessário sim, que autoridades do Estado e da CEDAE viessem a público informar o papel fundamental da Empresa para o não agravamento da crise. Importante e indispensável, também, seria o esclarecimento por autoridades da Secretaria de Meio Ambiente e da CEDAE, à sociedade e ao Promotor de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro, Dr. Rodrigo Terra, de que o argumento por ele utilizado, em parte das matérias, dos jornais, JB de 04/05/04, "A espera de indenização" e O Globo de 08/08/05, "A vida pelo Ralo" (ambas no "site" da ASEAC), está incorreto, quando informa, segundo estudos do Tribunal de Contas do Estado (TCE) que, "... cerca de 50% da água que sai do reservatório se perdem antes de se abrir a torneira...". Como a produção de água, de excelente qualidade, na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro é de aproximadamente 5,0 bilhões de litros/dia, e as perdas, depois dos reservatórios e antes das torneiras, vazamentos então, são da ordem de 50%, como afirma o Promotor, baseando-se no relatório do TCE, a quantidade de água a ser despejada na região, como vazamentos, alcançaria o fantástico volume de 2,5 bilhões de litros/dia. Ou seja, o equivalente a 10 adutoras da 2ª linha de Ribeirão das Lajes, com 1.750 mm de diâmetro e vazão de cerca de 2.700 litros/seg; de "boca aberta" e 24 horas/dia. Ora, quando há a ruptura de uma adutora de Lajes com escoamento da água por um curto espaço de tempo, instala-se um verdadeiro caos na região, com en-





GOVERNO de ESTADO ?

POSTURA POLÍTICA E ESTILO DE GOVERNO GARANTEM O SUCESSO DE EMPRESAS DE SANEAMENTO

garrafamentos, alagamentos, destruição de casas, carros, ruas, muros e quase tudo ao redor. Podemos imaginar o caos que seria as dez adutoras vazando 24hs/dia. O Rio de Janeiro poderia e deveria ser chamado, de "Rio ", na verdadeira acepção da palavra. O que não se entende é que esses 50% não são "perdidos" e não são vazamentos; são, na verdade, consumidos pela população mais pobre - o que a empresa chama de "lucro social", enquanto pública, e prejuízo financeiro se privatizada fosse. Mas essa é a garantia constante de que doenças de veiculação hídrica estarão afastadas de toda a população, como nos casos do cólera, no início da década de 90, e na supramencionada crise. Mas quem cala consente. Se cala por reconhecer verdades no que foi dito ou escrito, ou por não ter os argumentos e conhecimentos necessários e suficientes para as contra argumentações.

Equívocos nas administrações de empresas públicas, quando uma administração de Estado é substituída por uma administração de Governo, ocorrem, e um bom exemplo disso é a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), uma das mais antigas, das mais tradicionais, maior e de excelência, empregando 108 mil servidores, com faturamento de R\$ 8,5 bilhões/ano. Segundo o jornal O Globo de 28/05/05, a empresa teve a sua direção dividida pelo governo Lula entre o PT, PTB e PMDB, numa demonstração de que o tratamento era de Empresa de Governo e não de Empresa de Estado. Os resultados são de conhecimento público - uma Co-

missão Parlamentar Mista de Inquérito, batizada de CPMI dos Correios, que abalou os alicerces da República; uma auditoria conjunta da Auditoria Interna dos Correios; da Secretaria Federal de Controle Interno; do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União, cujos resultados finais comprovaram 525 irregularidades em contratos que somam aproximadamente R\$ 7 bilhões. Uma das irregularidades encontradas foi na implantação do Correio Híbrido Postal, que, em 2002, quando a licitação foi suspensa, estava orçado em R\$ 861,4 milhões; em junho de 2004, data da nova licitação, já era de R\$ 4,3 bilhões, um aumento de 400,7%. As distorções são emblemáticas se focarmos o caso específico do ex-chefe de contratação dos Correios, Maurício Marinho, funcionário de carreira, concursado, vinte e oito anos de empresa, recentemente filmado e exposto em rede nacional de televisão e demitido por ter recebido R\$ 3.000,00 de propina; este é um caso de servidor público submetido, submisso ou parte integrante de "grupos". Bem assemelhado ao ato de empregar o Conde Drácula na função de gerente noturno do Banco de Sangue, "Ele vai trabalhar dando cambalhotas de felicidade e com um canudinho na mão", até

que uma alma boa, lhe crave no peito, uma estaca, construída da mais pura e nobre madeira de lei de CPI, para acabar com a festa. Em relatórios produzidos pela CPMI dos Correios, fruto da quebra de sigilos telefônicos, totalizando aproximadamente 20 mil páginas, está comprovado que os Srs. Delúbio Soares e Sílvio Pereira, respectivamente Tesoureiro e Secretário Geral do PT, mantinham contatos telefônicos com vários ministérios (Comunicações, Minas e Energia, Trabalho, Previdência, Agricultura, Cultura, Fazenda, Justiça, Saúde, Desenvolvimento Social, Planejamento e Reforma Agrária). Somente o Sr. Delúbio Soares recebeu 144 ligações da presidência dos Correios, sendo que ambos não ocupavam cargos na administração

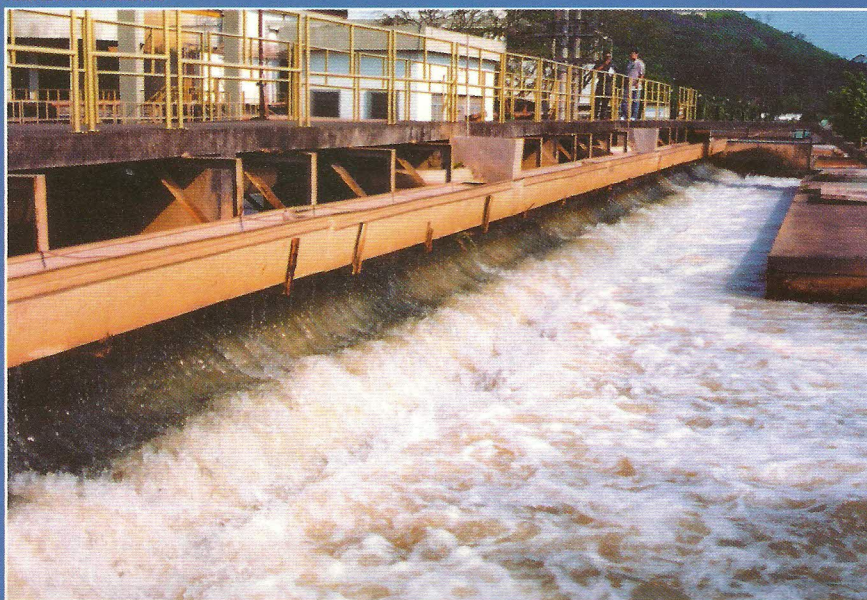


GESTÃO E RESPONSABILIDADE

pública, mostrando a influência do Partido no Estado. Os Correios interromperam o contrato assinado em 2003 com a SMP&B (Empresa de Marcos Valério), com validade de cinco anos, e que tinha por objetivo "melhorar" a imagem da empresa. Com o término da CPMI, com certeza os Correios voltarão a ter uma administração de Estado. Sem a necessidade, como a recomendada pela CPMI dos Correios para o IRB (Instituto de Resseguros do Brasil), que ao detectar irregularidades em suas operações, recomenda a agilização do processo de privatização do Instituto. Necessária, sim, é a punição exemplar dos responsáveis pelas irregularidades apontadas pela CPMI, pois os Srs. Silvio Pereira e Maurício Marinho, no jornal O Globo de 02/10/05, dão declarações comprometendo todo o esquema de caixa dois do PT, que, segundo o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, "é coisa para bandido", atingindo principalmente o senador Deucídio Amaral, presidente da CPMI dos Correios, por ele ser membro da Executiva Nacional do PT, abordando também, o balcão de negócios nos Correios, mostrando que "cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é", principalmente quando são desmascarados e se sentem só, quando pode pesar o bônus da delícia para alguns e o ônus da dor para outros.

No nosso caso específico - o saneamento - alguns pontos trazem preocupações. O Senador Demóstenes Torres demonstra que, no orçamento de 2005, os ministérios das Cidades e da Saúde, foram autorizados a gastar R\$ 937 milhões em saneamento urbano, e, desse total, 97% estão parados no caixa, ou seja, até hoje R\$ 916 milhões, estão encalhados. Dos 423 contratos assinados no governo Lula, para expansão de redes de água e tratamento de esgoto, 264 obras (62%) estão paradas, deixando de gerar quase 500 mil empregos e benefícios a cerca de 13 milhões de pessoas. Dos R\$ 3,67 bilhões contratados ao FGTS, principal fonte financiadora do setor, apenas 17,7% dos valores foram desembolsados, em dois anos e meio de Governo Lula. Isso demonstra o quanto é alarmante a situação do saneamento no país. O mais grave é que esse contingenciamento imoral de recursos acaba chegando à sociedade através do governo federal, de alguns governos estaduais e pela maioria dos governos municipais, na versão de "esgotamento de modelo" e "ineficiência das

Foto: Alexandre Loureiro



empresas estaduais de saneamento". E isso não corresponde à realidade, pois COPASA (Minas Gerais), SABESP (São Paulo), SANEPAR (Paraná), EMBASA (Bahia) e CEDAE (Rio de Janeiro - no período 87/90), com administrações de Estado, implantadas pelos governadores dos respectivos estados, reverteram essa lógica e provaram a eficiência do atual modelo das companhias estaduais de saneamento, mostrando que crise fabricada não atinge empresas estatais com administração de Estado. Se as outras não obtêm os mesmos resultados, em parte é em função do tipo de administração imposta por seus governadores, administração de Governo, fazendo-as servir, prioritariamente, aos governos e a grupos, absurdamente algumas vezes, a um único político, e nunca à sociedade.

"Quando uma administração de Estado é substituída por uma administração de Governo, ocorrem equívocos inevitáveis na gestão das empresas públicas".

Os indicativos para a asfixia do setor são variáveis. Até mesmo a criação do Ministério das Cidades, que era uma excelente idéia, trouxe duplicidade de funções com a Caixa Econômica Federal (CEF), pois ambos procedem análises técnicas e autorizam os pedidos de financiamento. E com o número excessivo de normas criadas pelo Ministério, implantou-se uma inércia no setor, resigna-se Marcos Thadeu Abicalil, assessor técnico da AESB (Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais). Na mesma linha, o diretor da SABESP, Rui de Brito, reclama de "regras ambíguas" do ministério, burocracias e exigências ambientais, o que dificulta a viabilização dos recursos do FGTS, salientando inclusive, que as conversas no ministério tem sido "mais ideológicas e menos técnicas", o que para o setor é um desastre. No caso da CEDAE, as informações são "curtas e grossas" - NÃO TEM CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO - mesmo o nosso lucro social atingindo a patamares estratosféricos, com todos os benefícios para a sociedade e os recursos (financiamentos) tomados, por exemplo, para o Guandu terem sido religiosamente quitados. Para fechar com a máxima do Velho Guerreiro - "eu não venho para explicar, eu venho para confundir" - o titular do Ministério, Olívio Dutra, foi sacrificado em troca do apoio político do então presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, que recentemente queria, também, na Petrobrás, "aquela diretoria que fura poço".

Fica em "xeque" também, no governo Lula, a função do BNDES (Banco NACI-

“ Dos 423 contratos assinados no governo Lula para expansão de redes de água e tratamento de esgoto, 264 obras (62%) estão paradas, deixando de gerar quase 500 mil empregos”

ONAL de Desenvolvimento Econômico e Social - o destaque NACIONAL é nosso, para chamar a atenção para sua função institucional de promover o desenvolvimento no Brasil), visto que na cerimônia de formatura de novos Diplomatas, em 01/09/05, quando Lula condecorou com a Ordem do Rio Branco no seu mais alto grau: de Grã-Cruz, o já mencionado e então Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, que renunciou ao mandato para não ser cassado por corrupção, o presidente, ao citar Simon Bolívar, herói da independência da América Espanhola, destacou que "Aquilo que Bolívar tentou fazer com a espada, que outros tentaram fazer com a luta, estamos fazendo com a política de financiamento (do BNDES)". Na ocasião, o presidente Lula defendia a utilização do BNDES, como instrumento de desenvolvimento em outras nações da América Latina. Ora, ao defender a política de ajuda financeira a países da América Latina, por meio do BNDES, como já feito na Bolívia, o presidente Lula utiliza a máxima de "em casa de ferreiro, espeto de pau", pois o que falta internamente de financiamento, e um bom exemplo são as companhias estaduais de saneamento, para o tão desejado, almejado, necessário, urgente e prometido espetáculo de crescimento e desenvolvimento, não permite que recursos saiam daqui, onde não há, para atender necessidades de outras nações. Não que elas não mereçam, mas "farinha pouca, meu pirão primeiro."

Mesmo em contraposição com o que recomenda o BIRD (Banco Mundial), o

governo Lula remeteu ao Congresso uma proposta de orçamento para 2006, com previsão de investimento para infra-estrutura da ordem de 0,55% do PIB (Produto Interno Bruto). Em 2004, esses investimentos foram de 0,40%. Segundo especialistas, o Brasil só conseguirá crescer e reduzir a pobreza, se investir anualmente 2,9% do PIB em infra-estrutura, até 2025, pois investimentos em transportes, energia e, especialmente, em saneamento, são vitais não só para o crescimento da economia, mas fundamentalmente para melhorar as condições da população. O economista Jan Kregel, do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, é um duro crítico das políticas de austeridade fiscal, que não fazem distinção entre gastos e investimentos. Ele lamenta profundamente que o ajuste fiscal no Brasil seja feito às custas de investimentos em infra-estrutura, o que hoje compromete o crescimento da economia. Nem mesmo o festejado PPI (Projeto-Piloto de Investimentos) com todos os beneplácitos do FMI, que garantia investimentos da ordem de R\$ 2,9 bilhões em infra-estrutura, para o crescimento da economia em 2005/2006 e em modernizações da administração fazendária e da administração das receitas previdenciárias, conseguiu fugir da sanha burocrática do Governo. O resultado parcial da gestão é que, até setembro, 46,3% das ações (obras e programas) incluídos no PPI, comprometeram aproximadamente 10% do orçamento disponível para o período, e perto de 40%, sequer saíram do papel, mostrando a gravidade do problema de gestão, que compromete a adequada utilização dos recursos disponíveis. Como não podemos "ver um defunto sem chorar" - se a administração fosse de Estado e não de Governo, tais situações, com certeza, não ocorreriam.

Em contra-partida à falta de recursos para infra-estrutura/saneamento, os pagamentos de amortizações e juros com a dívida da União (interna e externa) vão "de vento em popa". 1998 - R\$ 55,2 bilhões, 1999 - R\$ 72,5 bilhões, 2000 - R\$ 82,7 bilhões, 2001 - R\$ 107,4 bilhões, 2002 - R\$ 124,2 bilhões, 2003 - R\$ 145,3 bilhões, 2004 - R\$ 146 bilhões, 2005 - previsão de R\$ 154 bilhões e 2006 - previsão de R\$ 179 bilhões. (Fontes: Sinopse da execução orçamentária - Câmara dos Deputados e Jornal O Globo de 18/09/05). É festa no exterior!

Alguns fatos, como os acima mencionados, de ampla divulgação na im-



Foto: Arquivo



GESTÃO E RESPONSABILIDADE

prensa, tem gerado as mais diversas reações de cidadãos ligados à vida pública. Porém o que mais chamou a atenção foi o da lendária Economista e Ex-Deputada Federal, Maria da Conceição Tavares (Nascida em Anália, Portugal, e cidadã brasileira a partir de 1957), quando se referia ao governo Lula para o ex-prefeito, ex-ministro e presidente do PT, Tarso Genro, e mais 250 petistas, disse: "É preciso deixar bem claro que este é um governo de merda, mas é o nosso governo!" (O Globo 04 e 20/09/05), o que demonstra, também, o grau de frustração e insatisfação de petistas históricos e personagens ilustres de nosso Brasil.

Quando alguns Governos Estaduais impõem uma administração de Governo em suas Empresas de Saneamento, os resultados são dantescos. Por outro lado, quando outros Governos Estaduais possibilitam às suas Empresas de Saneamento uma administração de Estado, os resultados são fantásticos, mostrando todas as suas potencialidades e possibilidades de superação do quadro apresentado no cenário nacional, onde as disponibilidades de recursos/financiamentos não existem para os setores da educação, da saúde e principalmente para o de saneamento. Administração de Estado, no caso da CEDAE, se deu no Governo do PMDB de Moreira Franco (87-90), quando houve

"O Brasil só conseguirá crescer e reduzir a pobreza, se investir anualmente 2,9% do PIB em infraestrutura, até 2025. Transportes, energia e, especialmente, saneamento são setores vitais para a economia".

contratação de pessoal via concurso público. Hoje, a maioria dos trabalhadores da ativa é oriunda daquele concurso, implantação do PCCS, compra de viaturas, equipamentos, materiais, implantação dos Distritos Modelo (Botafogo e Niterói) e, acima de tudo, a filosofia de uma empresa que deveria servir ao Estado, a sociedade, e não a grupos. Os resultados obti-

dos com essa administração de Estado possibilitaram a CEDAE atingir a condição de "top" de linha em rentabilidade entre as Estatais (revista Exame, edição de 1990). E com o fôlego adquirido, a Empresa teve todas as condições para barrar a entrada do cólera do Rio de Janeiro, sendo este um dos Estados menos atingidos pelo vibrião colérico, que levou o caos a vários Estados do Território Nacional.

Em outras palavras, a escolha do modelo e dos gestores da companhia estadual pelo responsável - ou seja, o governador do Estado - é fundamental para o futuro da empresa e dos serviços por ela prestados. Isso é que vai definir se o modelo escolhido vai transformar a instituição numa empresa de governo - voltada para atender interesses pessoais e/ou políticos; ou numa empresa de Estado - voltada para as necessidades sociais da população.

No Brasil, há alguns exemplos de empresas de Estado. A Sabesp é um deles: atende, atualmente, 100% da população de São Paulo, onde 5 milhões de pessoas não tinham água regularmente, em 1995. Outro é a Copasa, de Minas Gerais. Na verdade, a empresa mineira nunca teve grandes choques, nem de contratações nem de demissões. A grande vantagem é que, na companhia, mesmo com as mudanças de governo, diretores são substituídos, mas os gerentes permanecem.

"Quando os Governos estaduais possibilitam às suas empresas de saneamento uma administração de Estado, os resultados são fantásticos, revelando toda a capacidade de superação da ausência de recursos/ financiamentos".

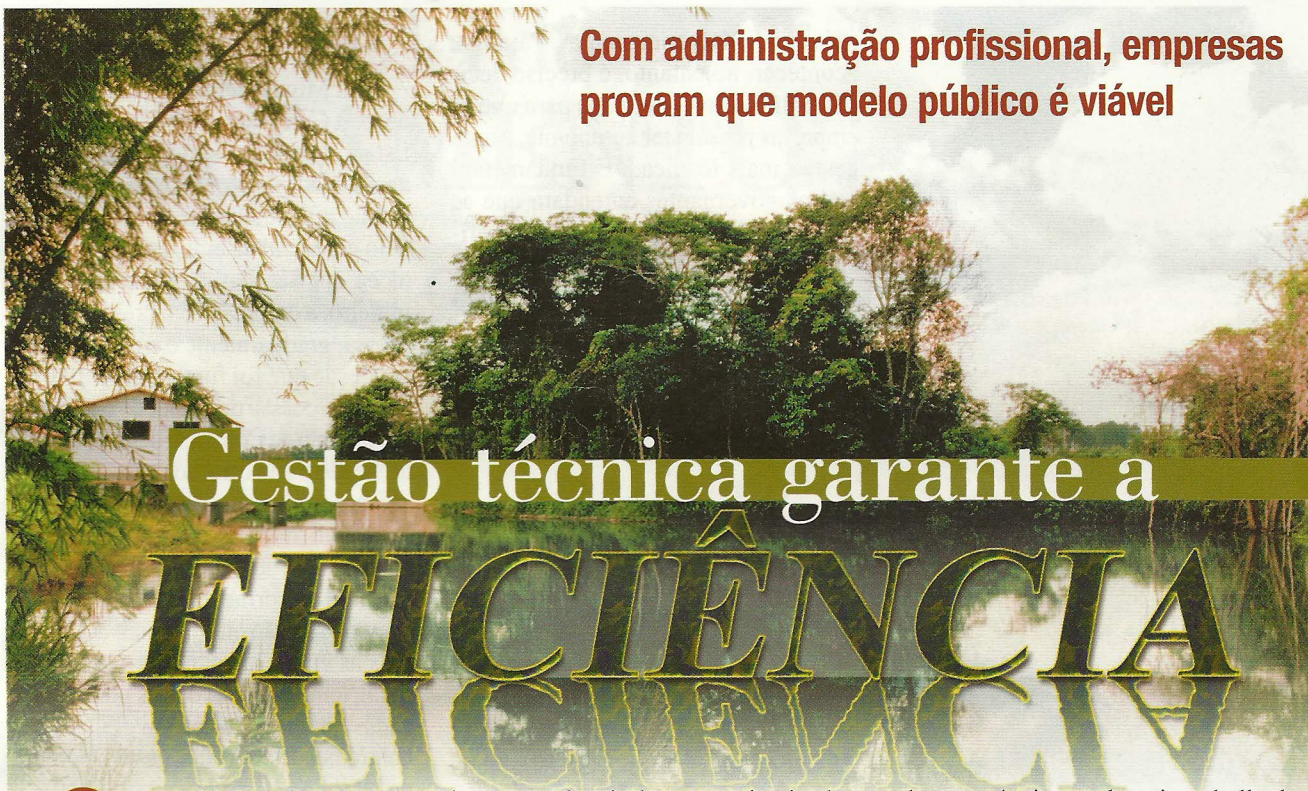


Foto - Arquivo



GESTÃO E RESPONSABILIDADE

Com administração profissional, empresas provam que modelo público é viável



Gestão técnica garante a
EFICIÊNCIA

O problema do setor de saneamento está muito mais na qualidade da gestão das empresas do que na capacidade técnica e/ou financeira, já que todas as companhias que ganharam autonomia na sua administração superaram seus problemas de ingerência política e, hoje, se tornaram modelo de gestão entre as demais.

Para o presidente da ASEAC, Flávio Guedes, as companhias estaduais de saneamento não estão falidas como se apregoa por aí. "Basta mudar o modelo de gerenciamento utilizado na maioria e deixar que elas avancem sozinhas. O setor não precisa sequer de ajuda. Bastaria que não atrapalhassem, como faz o governo federal impondo impostos altíssimos, sangrando anualmente os cofres das companhias através do recolhimento de Pís, Cofins etc., cuja arrecadação somente nessas empresas deverá passar de R\$ 1 bilhão em 2005".

Exemplos de capacidade

A prova maior de que a revitalização das companhias de saneamento estaduais é uma questão de decisão política dos próprios governos estaduais está no desempenho recente da Sabesp, da Copasa, da Sanepar e da Em-

basa, que, depois de quase privatizadas, sofreram um processo de reestruturação e hoje servem de modelo para todo o resto do país.

Exemplo de empresa de Estado, a Sabesp, por exemplo, tem 18 mil funcionários, e vem investindo desde 1995 para cá cerca de R\$ 1,3 bilhão/ano. No 2º trimestre de 2005, obteve receita líquida de R\$ 1,2 bilhão. O resultado final no período, um lucro de R\$335,7 milhões, ocorreu principalmente pelo aumento na receita operacional bruta de 23,3% e devido ao efeito positivo da valorização do real de 11,8% frente ao dólar americano no período.

– E é exatamente este o modelo a ser desmontado pelo governo federal, através do projeto de lei 5296/05, em tramitação na Câmara dos Deputados – reclama o presidente da Sabesp, Dalmo Nogueira Filho. Segundo ele, mais do que um trabalho no sentido de dar água, coletar e tratar o esgoto da população, os técnicos das companhias de saneamento têm como missão levar saúde e qualidade de vida à população. "Por isso, hoje vejo um certo paradoxo na proposta de política de saneamento do governo federal em relação às companhias estaduais, que poderá levar ao desmonte dessas instituições – afirma.

Na verdade, a companhia de saneamento paulista ganhou notoriedade a partir da metade da década de 90, quan-

do seus técnicos e demais trabalhadores se uniram para mudar o modelo de gestão da empresa e resgatar a sua função social. Para isso, tiveram apoio do então governador Mário Covas (PSDB), que deu autonomia à empresa para se auto-gerir com base em um programa de metas para atendimento à população e de melhoria operacional da Sabesp, que passou assim a operar através de unidades de negócios independentes, organizadas por bacias hidrográficas, de maneira a criar um melhor gerenciamento do recurso "água".

– Nos últimos 10 anos, a Sabesp tem sido premiada pelos resultados de seu balanço. E não tem "caixa preta", é tudo muito transparente, até porque, além de ser uma empresa pública, nós temos ações na Bolsa de Nova Iorque, e não podemos falsear com as informações – garante o presidente da Sabesp. Diante desses fatos, Dalmo Nogueira Filho não entende o porquê da insistência do governo em manter o PL 5296 como está, se a Sabesp poderia servir de modelo para as demais empresas de saneamento do país, em vez de sofrer um processo de desmonte junto com as demais, como propõe o PL do governo.

O presidente Nacional da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), José Aurélio Boranga, entende que a mudança ocorrida na Sabesp é perfeitamente viável em





GESTÃO E RESPONSABILIDADE



todas as demais companhias. Para isso acontecer, no entanto, é preciso decisão política dos governos, para que as empresas possam ter autonomia, e uma gestão mais técnica. "É fundamental que os governantes entendam que as empresas de saneamento, para ter eficiência, precisam basear a escolha de seus gerentes em critérios eminentemente técnicos", afirma Boranga.

“As empresas de saneamento, para terem mais eficiência, precisam basear a escolha de seus gerentes em critérios eminentemente técnicos.”

Copasa cresceu em silêncio

Em Minas Gerais, diferente da Sabesp, a Companhia de Saneamento do Estado (Copasa) não se viu diante da necessidade de promover um choque de gestão que pudesse transformar o modelo gerencial da empresa, como aconteceu em São Paulo. Num estilo bem mineiro, a empresa vem crescendo sem pressa, gradualmente e em bases seguras desde que foi fundada, em 1970.

"O processo de evolução e de desenvolvimento da Copasa se deu naturalmente, desde a sua criação, pois a empresa sempre teve uma cultura técnica muito forte", afirma a assessora da presidência, Cassilda de Carvalho. Esse comportamento uniforme dos governos mineiros em relação não apenas à Copasa, mas às empresas públicas, de maneira geral, tem feito com que as políticas traçadas por elas não sofram grandes descontinuidades. Na atual gestão, porém, o governador Aécio Neves (PSDB/MG), além de garantir isso, decidiu aplicar um choque de modernidade nas empresas públicas do estado.

No caso da Copasa, foi criado um plano de metas acompanhado de um programa de remuneração variável, conforme o atingimento das metas traçadas pela empresa por quadriênio. Segundo informações da assessora da presidência da Copasa, são 12 itens de desempenho e atendimento que definem o percentual de remuneração dos empregados, que assim se sentem estimulados a buscar os melhores resultados.

No Paraná e na Bahia, a decisão política de revitalizar as empresas estaduais, modernizando seus modelos e mantendo-os públicos, também substituiu a pressão pela privatização e melhorou a eficiência e o desempenho da Sanepar e da Embasa. No Paraná, a Sanepar – do governo Roberto Requião, do PMDB – que havia sido entregue para gestão privada, foi devolvida à administração do Estado, que hoje também comemora excelentes índices de desempenho da companhia. Na Bahia, a Embasa – do governador Paulo Souto, do PFL – também deu mostras de que o modelo público não está falido e é perfeitamente viável, desde que a empresa não seja utilizada para atender interesses políticos menores.





DEBATE

Projeto de lei do SANEAMENTO não atende aos anseios da SOCIEDADE

Anova Lei de Saneamento Básico que está atualmente em discussão na Câmara dos Deputados, em Brasília, através do Projeto de Lei 5296/05, não supre as necessidades regionais do País. A avaliação é do próprio relator do projeto, deputado federal Júlio Lopes (PP-RJ), que admite que o projeto terá de sofrer mudanças, porque o texto atual não tem chances de ser aprovado no Congresso.

De acordo com o deputado fluminense, o projeto precisa respeitar mais as peculiaridades do saneamento nas várias regiões do País. “Faremos tudo para que ele fique de acordo com a realidade, mas é preciso que a sociedade entenda o que realmente é possível ser feito. Se o projeto fosse mais universal já teria sido aprovado. A Câmara fará uma grande revisão no texto”, assegurou.

Lopes também criticou a posição do governo federal que, segundo ele, não se ateu à realidade do saneamento básico no Brasil e não entendeu que o problema precisa ser resolvido com políticas públicas eficazes. Para o relator a iniciativa privada deve trabalhar junto com a pública, que é a responsável pelo saneamento. “O problema é que enquanto não houver diretrizes sobre as regras do saneamento ninguém fará investimentos no setor. Já tentamos de tudo para colocar a iniciativa privada no saneamento, mas só conseguiremos quando avançarmos em políticas públicas”, analisa.

O parlamentar comenta que para resolver o problema do saneamento básico no País seria necessário um investimento de R\$ 10 bilhões por ano durante duas décadas.

3ª Via para o saneamento

O senador Deucídio do Amaral (PT-MS) também criticou a falta de políticas públicas para resolver a questão do saneamento básico no Brasil e condenou o projeto sobre o saneamento básico encaminhado a Câmara pelo governo federal. Conforme o senador, não há condições de a matéria ser aprovada, porque o texto do projeto de lei não condiz com as necessidades do País.

“O PL 5296 não tem nenhuma condição de ser aprovado, nem na Câmara, nem no Senado. E não é só pelo momento político, mas também pelo conceito que o PL trás. Temos que buscar uma saída política que contemple estados e municípios – uma 3ª Via para preservar um setor que movimenta R\$ 15 bilhões por ano”, disse o Senador petista. Deucídio Amaral entende que o setor de saneamento e a classe política precisam conceber um PL que respeite, de fato, as especificidades, com mais descentralização e com mais respeito às peculiaridades regionais. Ele recomendou aos técnicos sanitaristas que procurem sensibilizar as bancadas de seus estados no Congresso Nacional para alcançar essa meta, fazendo com que eles entendam que investir em saneamento é atuar na prevenção da saúde e menos na doença”, afirmou o senador.

“As bancadas dos estados no Congresso Nacional precisam entender que investir em saneamento é atuar na prevenção da saúde e menos na doença”.



INVERSÃO DE VALORES

Sangria com impostos, juros e contingenciamento levam empresas estaduais a déficit crônicos

O lobby da privatização voltou à cena, através da mídia, e com um foco bem dirigido a empresas de grande porte, principalmente a CEDAE. Pelo menos é o que deixa transparecer de forma clara a reportagem publicada no jornal O Globo, de 11 de outubro, intitulada "Estatais endividadas controlam saneamento". No texto, os jornalistas que assinam a reportagem afirmam que o déficit de oito empresas estaduais, em 2003, atingiu R\$ 691 milhões, dos quais R\$ 500 milhões pertencem a CEDAE.

A matéria, que classifica o saneamento como "de fundamental importância para o desenvolvimento do país", ignora a responsabilidade constitucional do governo com o atendimento desses serviços em todos os níveis da população e a importância social do setor, ao criticar o fato de que o saneamento básico "é uma das poucas áreas que ainda estão nas mãos do Poder Público". Na mesma capa daquela edição, o Globo traz também a chamada: "Na era César, população de favela dobra onde a cidade mais cresce". É bom frisar que essa população não bebe água de poço; bebe água da CEDAE, que lhes garante a vida. A matéria também mostra pouca informação sobre o setor, na medida em que ignora também o fato de que o saneamento vem sendo "espoliado" pelo governo federal, através da cobrança de impostos (PIS e COFINS), que este ano deverá representar uma sangria superior a R\$ 1 bilhão nas empresas estaduais de saneamento.

O jornal desconhece ainda que o setor de saneamento Básico pagou no ano passado à Caixa Econômica Federal (CEF), entre juros e amortizações de empréstimos, cerca de R\$ 3 bilhões, sendo R\$ 1,5 bilhão de juros e outro tanto em amortização. Por outro lado, os desembolsos da Caixa somados de 2003 e 2004 foram, respectivamente, de R\$ 117 milhões, em 2003, e R\$ 239 milhões, em

2004, podendo chegar a R\$ 400 milhões até agora e, numa perspectiva otimista, a R\$ 1 bilhão no final de 2005. Isso demonstra que o setor está pagando mais de juros ao governo federal do que recebe para financiar as obras que poderiam universalizar os serviços no Brasil.

Esse conjunto de fatores leva a um círculo vicioso que, no ditado popular, poderíamos dizer que é semelhante ao "cachorro correndo atrás do rabo": as empresas estaduais (algumas) não investem porque não arrecadam... e não arrecadam porque não investem.

Os números divulgados pelo Ministério das Cidades demonstram claramente também que o setor de saneamento não onera os gastos públicos e, portanto, não compromete as metas de superávit fiscal, conforme argumenta a área econômica do presidente Lula para engessar o setor, prendendo os recursos. O próprio Ministério das Cidades está encaminhando um estudo ao presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, solicitando uma verba adicional de R\$ 4 bilhões para o setor ainda este ano, com base nesses argumentos. Os novos recursos seriam destinados aos setores público (R\$ 3,5 bilhões) e privado (R\$ 500 milhões).

De acordo com o trabalho dos técnicos do próprio governo, a estimativa de receita do setor nos próximos anos é muito superior às necessidades de financiamentos, que poderiam ser liberados através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), gerido pela Caixa Econômica Federal (CEF).

Pelas projeções da Secretaria de Saneamento, a contratação de valores constantes de recursos no período 2005/2008, através do FGTS, poderia gerar desembolsos da ordem de R\$ 11,5 bilhões pela CEF, para 2005/2010. Em contrapartida, as operadoras de saneamento deverão gerar, no mesmo período, uma arrecadação equivalente a R\$ 27 bilhões, projetando uma curva ascendente do retorno dos recursos ao Fundo, o que não traz qualquer impac-



to significativo na dívida pública.

Afirmar, portanto, que o problema das empresas estaduais se deve ao controle do Estado é ignorar o óbvio. A Sabesp, a Copasa, a Sanepar, a Embasa e outras estão aí para provar que a gestão pública pode ser tão ou mais eficiente do que a gestão privada. Um bom exemplo disso pode ser observado se compararmos a Refinaria de Duque de Caxias - REDUC, pública e superavitária - com a Refinaria de Manguinhos - privada e falida. No caso do saneamento, mais eficiente, porque não discrimina níveis de poder aquisitivo para atendimento, através de tarifas (princípios da igualdade, equidade e universalidade).

O problema, portanto, é de gestão inadequada e ingerência política, que levam a maioria das empresas a não ter autonomia para adotar uma gestão predominantemente técnica. E isso só vai se modificar quando o governo federal entender que saneamento é direito do povo e obrigação do Estado; e quando os governos estaduais, responsáveis pela nomeação dos dirigentes das companhias - portanto pela gestão delas - transformarem essas instituições em empresas de Estado, nomeando dirigentes pela competência, e não em empresas de governo, que só servem para atender interesses pessoais e políticos de grupos privilegiados junto ao Poder.

Do contrário, teremos que dar razão à economista Maria da Conceição Tavares e à sua frase, publicada na capa, até em relação a alguns governos estaduais e municipais.